

Finanças do governo entram em parafuso

- 9 OUT 1985

JORNAL DE BRASÍLIA

Apesar de ter uma receita tributária total da ordem de Cr\$ 950 bilhões para este último trimestre, o Governo do Distrito Federal só poderá dispor de Cr\$ 11 bilhões para o custeio e de Cr\$ 17 bilhões para investimentos. Isto porque os créditos orçamentários abertos anteriormente com a manutenção da máquina administrativa já comprometeram Cr\$ 740 bilhões. De acordo com o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins Araújo, a situação é difícil e para conviver com esse desequilíbrio momentâneo o Governo do Distrito Federal vai rever as solicitações de crédito, elegendo "as prioridades entre as prioridades".

Em promessa formal a Secretaria de Finanças assegurou ao governador José Aparecido que ele pode contar com a receita tributária de Cr\$ 950 bilhões até o final do ano e, ainda, com esforços no sentido de ampliar essa receita. Desse total, o GDF só poderá contar com Cr\$ 210 bilhões, dos quais Cr\$ 165 bilhões 969 milhões serão destinados a

pagamento de pessoal, incluindo 13% para servidores celetistas. Ainda desses Cr\$ 210 bilhões, as secretarias recém-criadas e outras despesas tirarão mais Cr\$ 8 bilhões.

O Governo transferirá Cr\$ 25 bilhões para o Fundefe — Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal — mas desse montante, Cr\$ 8 bilhões já estão comprometidos com o aumento de capital das empresas públicas, restando apenas Cr\$ 17 bilhões para o Fundo que solicitou para este período Cr\$ 135 bilhões 683 milhões. Em investimentos, o GDF não alcançará, portanto, nem 13 por cento do que pede o Fundefe.

As Secretarias pediram abertura de crédito suplementar da ordem de Cr\$ 225 bilhões, mas só poderão contar com Cr\$ 11 bilhões até o final do ano. Para se ter uma idéia do que isso representa, a Secretaria de Saúde pediu Cr\$ 59 bilhões só para repor seu estoque de medicamentos. Se o GDF fosse atender só a esta Secretaria não poderia oferecer nem 20 por cento do que ela pede.